



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 017/2004

Altera disposições da Resolução nº 04/2001, referente a prioridade de tramitação dos processos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, em Sessão Plenária Administrativa do dia 13 de outubro de 2004, no uso de suas atribuições legais, observando os termos do art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

Considerando que a Lei n.º 10.741 de 1º de outubro de 2003, intitulado Estatuto do Idoso, estabeleceu limite de idade para prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, bem como aos processos e procedimentos na Administração Pública, diverso do anteriormente fixado;

Considerando que se faz necessária a adaptação da Resolução que tratava da matéria ao novo comando legal;

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 1º, *caput* e seu § 1º da Resolução nº 04/2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º No sentido de viabilizar a prioridade de tramitação e julgamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos na Administração Pública em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, a Secretaria do Tribunal de Justiça, as serventias judiciais e as secretarias dos juizados especiais colocarão à disposição das partes formulário próprio, de acordo com os modelos dos Anexos I e II, para requerimento do benefício previsto no art. 1.211-A do Código de Processo Civil.

§ “1º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser assinado pela própria parte ou por seu advogado, devendo ser juntada ao mesmo cópia de qualquer documento público que comprove a idade igual ou superior a sessenta anos”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 19 de outubro de 2004.

Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO
PRESIDENTE.

Publicada no Diário da Justiça de 25.10.2004, p. 20



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Republicada no Diário da Justiça de 29.10.2004, p. 44-45 por incorreção na
ementa.**

ANEXO I
(Para uso do Tribunal de Justiça do Maranhão)

Etiqueta Auto-Adesiva

Exmo. (a) Sr. (a) Des.(a) Relator (a) _____

Processo nº _____, nascido em _____, com _____ anos de
idade, nesta data, que figura no processo acima indicado como _____,
vem requerer o benefício previsto no art. 1.211-A do Código de Processo Civil,
combinado com o art. 71 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Para tanto, anexa cópia de documento comprobatório de sua idade.

N. Termos.

Pede e aguarda deferimento.

_____, em _____ de _____ de _____.
(Local)

(Assinatura)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II
(Para uso dos Juízos de 1º Grau)

Etiqueta Auto-Adesiva

Exmo. (a) Sr. (a) Dr.(a) Juiz (a) de Direito _____
Processo nº _____, nascido em _____, com _____ anos
de idade, nesta data, que figura no processo acima indicado como
_____, vem requerer o benefício previsto no art. 1.211-A do Código de
Processo Civil, combinado com o art. 71 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Para tanto, anexa cópia de documento comprobatório de sua idade.

N. Termos.

Pede e aguarda deferimento.

_____, em _____ de _____ de _____.
(Local)

(Assinatura)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III
(Etiqueta tamanho 25,4 x 66,7 mm)